

07/08/2019 às 05h00

Sem faturamento, Itaipu aguarda por novo acordo

Por **Rodrigo Polito** | Do Rio



Um dos principais desafios da diplomacia do governo Bolsonaro pode ser definido neste mês: o acordo para a contratação anual de energia de Itaipu e para a repartição, entre Brasil e Paraguai, do excedente produzido pela usina. Pelo menos, é isso que espera Itaipu Binacional, empresa dona da segunda maior hidrelétrica do mundo e que não pode emitir faturas de energia da usina enquanto não houver um consenso entre as partes. O tema, sensível para a política paraguaia, voltou a estremecer esta semana o governo de Mario Abdo Benítez, com um novo pedido de impeachment.



Claudio Sales: "O Paraguai declara necessidade de potência menor. E consome quase toda a energia excedente a custo menor"

De acordo com informações de Itaipu, as estatais Eletrobras e a Administración Nacional de Electricidad (Ande), do Paraguai, retomaram as negociações.

"As negociações já começaram, e a expectativa é que se chegue a um acordo em um mês, considerando a urgência, pois a Itaipu está sem faturamento", informou a empresa, em nota ao **Valor**. Sem o acordo, Itaipu não consegue honrar seus compromissos financeiros, como pagamento de royalties, folha de pagamento e a própria dívida de construção.

"A Itaipu está sem faturamento, entretanto Eletrobras e Ande seguem fazendo depósitos à Itaipu, em valores inferiores àqueles que precisamos para honrar todos os nossos compromissos financeiros", completou a companhia.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, o assunto está em nível técnico. Procurada pelo **Valor**, a Eletrobras não se manifestou sobre o assunto.

Diferentemente do Anexo "C" do Tratado de Itaipu, que trata das regras de comercialização de energia da hidrelétrica e que vencerá em 2023, o acordo em negociação neste momento é, em tese, mais simples. Na prática, ele é referente apenas ao montante de energia que cada entidade (Eletrobras e Ande) contrata para o ano seguinte. Ocorre que Itaipu, em geral, produz energia excedente, oriunda das duas últimas turbinas. A concepção original do projeto, sob a qual foi firmado o financiamento, previa 18 máquinas, em vez de 20 unidades. A energia excedente, portanto, tem custo mais baixo.

Segundo o presidente do **Instituto Acende Brasil**, centro de estudos do setor elétrico brasileiro, **Claudio Sales**, o lado paraguaio tem contratado um volume menor de energia anualmente. Quando a demanda é atingida, ele consome o excedente da hidrelétrica, pagando menos por isso. "O Paraguai declara uma [necessidade de] potência menor. E consome quase toda a energia excedente a um custo menor", afirmou o especialista.

O Brasil quer justamente firmar um novo contrato, ampliando o volume contratado pela Ande e determinando que a energia excedente da hidrelétrica seja repartida igualmente entre as partes.

Segundo **Sales**, a forma como vem sendo contratada a energia de Itaipu penaliza, em última instância, o consumidor brasileiro, que acaba pagando um valor mais caro. "O Brasil deve sentar à mesa [de negociação] sem arrogância, mas com altivez, para deixar claro os termos do Tratado de Itaipu e buscar a compensação com relação a esse benefício que o Paraguai teve", completou.

No fim do mês passado, a negociação do acordo entre os dois países sem divulgação gerou uma crise política no Paraguai, causando demissões de representantes do governo daquele país e um pedido de impeachment de Abdo Benítez, por "traição à pátria". O pedido, porém, havia perdido força, após o governo Bolsonaro cancelar a ata.

Ontem, porém, o jornal "ABC Color", do Paraguai, publicou reportagem a partir de vazamento de informações que indicavam que, supostamente, Abdo Benítez sabia da negociação e que recebeu pressão do Brasil para assinar o acordo. A oposição paraguaia fez novo pedido de impeachment.

Segundo Thomaz Favaro, diretor da consultoria Control Risks, o impasse atual em Itaipu é um tema mais sensível do ponto de vista político do que econômico. Conforme informado pelo **Valor** na última semana, o efeito líquido da negociação seria de US\$ 250 milhões em quatro anos.

No meio do impasse, a nova diretora jurídica da parte brasileira de Itaipu Binacional, Mariana Thiele, tomou posse ontem destacando o caráter jurídico do Tratado de Itaipu. **(Colaboraram Rafael Bitencourt e Daniel Rittner, de Brasília)**